



---

## RESOLUÇÃO

---

### **É preciso mudar de rumo, por uma vida melhor!**

Para os trabalhadores e pensionistas o ano começou como sempre: - a fazer contas à vida, a esticar salário ou pensão para fazer face ao aumento da renda da casa, da prestação ao banco, do pão, dos medicamentos, da luz, telecomunicações, gás e água.

Para o grande capital económico e financeiro, para os monopólios da energia e da distribuição, o ano também começou como sempre, ou seja, com milhares de milhões de lucro acumulado e com perspectivas que ele cresça.

O governo de maioria absoluta do PS, apoiado pelo PSD, CH e IL, deu continuidade à política de contenção do défice, protegeu os lucros, fazendo recair sobre os trabalhadores e os serviços públicos as consequências dessa opção.

Apesar do crescimento económico de 2,1% registado em 2023 e da propalada valorização dos rendimentos para este ano, a verdade é que o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública continuou a cair optando o governo por arrecadar um excedente orçamental superior a 4 mil milhões de euros.

Os trabalhadores da Administração Pública em Portugal, ganham, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres em outros países da União Europeia. Desde 2009 os trabalhadores perderam, em média, o equivalente a 3 salários; sendo que entre Abril de 2022 e de 2023, sofreram, em média, uma quebra real do salário de 5,1%.

No sector empresarial do Estado, as administrações limitam-se a executar as ordens do governo, ou no caso das empresas locais, a replicar as medidas, sem assumir que é necessária outra política salarial que valorize os salários e as profissões.

É certo que, fruto da luta dos trabalhadores, o governo foi obrigado a tomar medidas, mas tão insuficientes que não resolveram os principais problemas.

No que nos diz respeito, falamos do salário que é mais curto que o mês.

Falamos da recuperação das carreiras e profissões, cuja revisão, tem sido gerida pelos princípios impostos pela famigerada Lei 12-A/2008, daí decorrendo que essa revisão, em vez de valorizar, destruiu a estrutura existente, nomeadamente através da eliminação das respectivas categorias.

Falamos do SIADAP, que continua a manter as quotas, cuja única finalidade é obstaculizar o direito à progressão na carreira e estagnar as progressões salariais, ainda agravado pelo incumprimento dos prazos de avaliação por parte de inúmeras autarquias.

Falamos do suplemento de penosidade e insalubridade (SPI), que além das escassas áreas funcionais abrangidas, continua a ignorar o factor risco e outras compensações para quem trabalha nestas condições. Acresce que apesar de o SPI estar em vigor desde 1 de Janeiro de 2021, algumas autarquias o aplicam sem pedir parecer ao STAL, outras recusam-se a aplicar 2021 e/ou 2022, outras há que nunca o aplicaram.

Como se não bastasse, os valores do SPI estão fortemente desvalorizados devido à inflação, atenta a falta de um regime automático de actualização.

Falamos de suplementos que continuam por regulamentar, como é o caso da isenção de horário, e do subsídio de piquete, situação a que estão sujeitos muitos trabalhadores, que nos seus tempos livres, permanecem às ordens das entidades empregadoras, podendo ser chamados a fazer face a situações de natureza urgente, sem beneficiarem de qualquer compensação dos tempos em que esperam eventuais ordens de serviço.

Falamos do miserabilismo das ajudas de custo e que o governo recusou actualizar.

Falamos do direito às indemnizações devidas aos trabalhadores que, por força da alteração legal, operada em 2014 pelo governo PSD/CDS, se viram privados do direito à sua acumulação com a remuneração. Apesar de atenuada pela Lei 19/2021, a injustiça ficou longe de ser resolvida, uma vez que só a partir de incapacidade mínima de 30% é permitida a acumulação com o salário, mas deixou de ser acumulável com as pensões normais de aposentação ou reforma.

Falamos dos problemas resultantes da dupla vinculação a que estão sujeitos os trabalhadores abrangidos pela descentralização de competências, nomeadamente do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino, constatando-se a existência de situações nebulosas, nomeadamente nos casos em que os autarcas parecem alienar as suas competências de gestão do pessoal.

Falamos da precariedade, essa chaga que sucessivos governos e autarquias insistem em manter aberta, quando constatamos o seu aumento e a proliferação das mais desbragadas formas de contratação precária, sendo devastador o panorama dos abusos praticados.

Falamos do desrespeito pelo direito de contratação colectiva, sistematicamente posto em causa, em particular por empresas privadas concessionárias de serviços de higiene municipais, sector onde se regista a aplicação universal de vínculos precários e a prevalência de apenas um salário – o Salário Mínimo Nacional.

Falamos ainda da manigância na contagem da antiguidade dos trabalhadores assistentes operacionais para efeitos de progressão, não bastando, pelos vistos, o exagero inaceitável do número de anos exigidos, 30 anos, até ao final de 2022.

Falamos da falta de resposta do Secretário de Estado da Administração Local às reivindicações dos trabalhadores da Administração Local, falamos da falta de resposta do governo à Proposta Reivindicativa Comum. Estão aí as soluções!

É por demais evidente que é preciso mudar de rumo e garantir uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores como condição central para o desenvolvimento, que valorize os serviços públicos de qualidade e para todos, sendo para isso fundamental que na Assembleia da República estejam mais deputados comprometidos com os interesses e direitos dos trabalhadores, comprometidos com os valores e conquistas de Abril.

Num momento em que se aproximam as eleições, em que se assiste mais uma vez à promoção dos que sempre servem os interesses do capital, em que aqueles que sempre impediram medidas positivas, gritam que agora é que vai ser, o STAL reforça a importância do esclarecimento e da mobilização dos trabalhadores para a luta pela concretização das suas reivindicações e para o voto, que é uma importante forma de luta, porque aquilo que se passa em cada local de trabalho, aquilo que se passa na nossa vida e determina o nosso dia-a-dia não pode ser desligado da relação de forças na Assembleia da República.

Concluídas as eleições, o STAL e os trabalhadores reafirmam, desde já, a sua total disponibilidade para prosseguir a luta em defesa das prioridades reivindicativas: aumento dos salários que permita a reposição e a subida do poder de compra; correcção da TRU; recuperação de carreiras e profissões; revogação do SIADAP; melhoria das condições de trabalho; pensões dignas; reforço do Poder Local Democrático; defesa e reforço dos serviços públicos .

Vamos à luta!

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2024

O Plenário Nacional do STAL